

CORREIOS: Um serviço público essencial!

Os Correios integram-se no leque de serviços públicos, essenciais para o bem-estar dos cidadãos, sendo determinantes no processo de desenvolvimento global e harmonioso do nosso país, com particular influência na atenuação dos desequilíbrios sociais e económicos a nível local e regional. São ainda um veículo insubstituível nas relações das diversas entidades (públicas e privadas) com os cidadãos e vice-versa, e desempenham um papel primordial e indispensável na actividade económica, contribuindo para o relacionamento entre os diferentes agentes económicos e prestadores de serviços.

Pouco depois da adesão de Portugal à União Europeia (UE), deu-se início ao processo de desregulamentação e liberalização do sector que culminou com a privatização total dos CTT em Setembro de 2014. Pelo caminho, em 2012, a aprovação da Lei Postal consumou a liberalização total do sector e abriu as portas à entrada de operadores privados cuja actividade se centra, sobretudo, nos serviços mais lucrativos.

Com a preocupação de “limpar” os CTT e torná-los mais apetecíveis ao capital privado (nacional e, sobretudo, estrangeiro), ao longo dos anos, foram sendo tomadas medidas que tiveram como consequência a degradação da qualidade e a limitação do acesso ao serviço por parte da generalidade da população, a par da liquidação de milhares de postos de trabalho.

Sem excepção, os sucessivos governos PS/PSD/CDS promoveram e permitiram medidas que prejudicaram inapelavelmente o direito dos cidadãos a um serviço de Correios conforme às suas necessidades. Foram encerradas centenas de estações e Postos de Correio e retirados centenas de receptáculos postais e o correio, dito normal, deixou de ser distribuído diariamente.

Durante este processo, realizaram-se diversas acções de protesto e luta dos trabalhadores e utentes. A nível local e regional, estas acções contaram frequentemente com o apoio e participação activa dos eleitos e activistas da CDU nas autarquias, contribuindo para a denúncia dos objectivos por trás desta política e reivindicando um serviço de Correios à medida das necessidades do país e das populações que representam.

Após a privatização dos CTT, a deterioração do serviço público e universal foi-se agravando: Aumento das tarifas (desde a privatização já subiram mais de 50%!); Encerramento de estações e Postos de Correio; Retirada de receptáculos da via pública; Aumento dos tempos de espera para atendimento; Falta de disponibilidade financeira nas Estações para pagamento das pensões de reforma e outras prestações sociais; Distribuição não diária do correio.

A ANACOM, suposta entidade reguladora e fiscalizadora, tem permitido todos os desmandos ao conselho de administração (CA) dos CTT tendo apenas aplicado uma pequena coima referente ao incumprimento da densidade de pontos de acesso ao serviço, em 2014. Por outro lado, mau grado o notório mau serviço prestado, tem aprovado todas as inúmeras propostas de aumento das tarifas que o dito CA tem feito.

Esta política tem como trave mestra a estratégia de gestão levada a cabo pelo CA que, com o mais desbragado despudor, tem como preocupação exclusiva garantir que os accionistas privados recebem de volta, com a máxima urgência, o capital que investiram na privatização. Prova dessa estratégia, o pagamento de mais de 240 milhões de euros em dividendos desde 2014.

Este ano, o descaramento da administração foi ainda maior ao propor o pagamento de dividendos no montante global de € 72 milhões quando o lucro da empresa em 2016 foi de € 62 milhões.

A continuar nas mãos dos privados, os CTT, inexoravelmente, perderão valor e serão rapidamente descapitalizados em consequência da gula e ganância da gestão privada que, alarvemente, devorará o seu valioso património. A venda da sede histórica e outro edifício anexo, na rua de S. José, são disso um clamoroso exemplo. Nestas condições, a empresa tem seu futuro seriamente comprometido.

A CDU sempre defendeu a manutenção da propriedade, gestão e controle dos CTT na esfera pública. Tal como noutros sectores essenciais, entendemos que cabe ao Estado assegurar a prestação do serviço de Correios, garantindo o acesso, sem discriminações de qualquer espécie, a todos os cidadãos em todas as regiões do país.

Os candidatos da CDU às Eleições Autárquicas, assumem o compromisso de, como sempre, se baterem por um serviço de CORREIOS de qualidade, cumprindo o papel que lhes cabe no processo de desenvolvimento de Portugal a nível local, regional e nacional.

Desde logo, para além das acções concretas no âmbito das suas competências, promoverão as iniciativas necessárias junto do Governo e da Assembleia da República, exigindo que o Estado retome a responsabilidade pela gestão dos CTT.

Coordenadora Distrital de Lisboa da CDU
31 Maio 2015